

ENTREVISTA COM O GEÓGRAFO JOSÉ ALBERTO MORENO

Para celebrar o relançamento do Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, realizamos uma entrevista com o Geógrafo José Alberto Moreno, profissional que durante décadas se dedicou ao trabalho na Divisão de Geografia e Cartografia (DGC), na época vinculada à Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul. Moreno também foi o diretor do Boletim Geográfico do RS entre as edições 14 (janeiro - dezembro de 1971) e 19 (janeiro - dezembro de 1976).

Agradecemos a José Alberto Moreno pela disponibilidade em nos conceder essa entrevista e enriquecer essa edição de relançamento com suas memórias e impressões.

CURRÍCULO

José Alberto Moreno, 79 anos, é Bacharel (1958) e Licenciado em Geografia (1959) pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul (atual UFRGS). Entre suas atividades profissionais, foi Geógrafo na Secretaria da Agricultura entre 1960 e 1986. Também foi Geógrafo no Projeto Radam Brasil. No ensino, foi Professor de Geografia na Faculdade de Economia de Lajeado, no Colégio Estadual Júlio de Castilhos e no Colégio Militar de Porto Alegre. Além disso, proferiu palestras em diversos eventos de Geografia, em Universidades e em vários municípios gaúchos.

Na Divisão de Geografia e Cartografia, uma de suas principais tarefas como Diretor foram a coordenação, manutenção, atualização, preparo, divulgação, e distribuição da Carta Geral do Estado, na escala de 1:750.000 e 1:1.000.000, em sucessivos governos.

Após se aposentar, há 25 anos, dedica-se ao ensino, pesquisa, divulgação da Ciência da Homeopatia, atuando como Geógrafo Homeopata em doze estados brasileiros. Entre as suas publicações nessa área, Moreno destaca "Dimensões da Homeopatia" onde "correlaciona a Geografia com a Homeopatia e associa o método das diluições homeopáticas com as dimensões nanométricas, as dimensões geográficas métricas, quilométricas no Planeta e as Planetárias, Galáxias aos anos luz". Usando o raciocínio geográfico e matemático, associou princípios da homeopatia e criou métodos e técnicas para homeopatizar e despoluir as águas, solos e o ar, em uma publicação chamada "Homeopatia Fácil".

ENTREVISTA

Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul (BGRS): Quais eram os principais projetos desenvolvidos no seu período de atividade na DGC?

José Alberto Moreno: A DGC, originalmente Seção de Geografia da antiga Diretoria de Terras e Colonização¹ da Secretaria da Agricultura possuía uma função de Estado, já definida em Lei Estadual, desde que nela ingressei, em 1958. A principal função era a de analisar a descrição das divisas dos municípios em processo de criação. Trata-se de um trabalho árduo, pois consistia na confrontação com mapas antigos elaborados pela Diretoria de Terras e Colonização, órgão que tinha origem no tempo do Império e toda a documentação cartográfica existente na época, que era muito heterogênea.

Este trabalho impressionou-me, pois vinham comissões das antigas vilas, hoje grandes cidades, que pretendiam se emancipar. Muitas vezes, as comissões eram acompanhadas por deputados, que eram da futura região interessada.

Impressionou-me muito o trabalho de abnegados técnicos de gerações anteriores, antes de 1950, que documentaram e registraram os limites municipais com grande exatidão. Tratava-se de uma atividade cíclica, pois havia um prazo de quatro em quatro anos para apresentação de pedidos de emancipação e, nestas ocasiões, a Seção de Geografia recebia frequentes visitas de tais comissões. A Seção de Geografia tinha e ainda tem por obrigação de dar o parecer sobre as divisas para os futuros municípios, a pedido da Assembleia Legislativa.

Durante décadas a emancipação municipal foi reprimida por uma decisão do Governo Federal. Por isto, a principal atividade da Seção de Geografia ficou com pouca demanda. A criação de Municípios tem sempre sido cíclica no Brasil, pois depende de leis da União, que ora favorecem, ora reprimem, a criação de novos municípios.

Hoje, a questão do registro das divisas municipais possui sólida base cartográfica.. Antes havia uma Lei Estadual que atribuía à antiga Secção de Geografia registrar as divisas municipais. Hoje esta tarefa está consagrada nas disposições transitórias da Constituição gaúcha, o que dá um destaque e realce à função de Estado da Divisão de Geografia e Cartografia, tornando-a uma atividade duradoura e permanente.

¹ Nota do editor: Divisão de Terras e Colonização é também referida pela sigla DTC ao longo da entrevista.

BGRS: E quais eram as principais dificuldades para essa atividade?

Moreno: A documentação cartográfica na época era escassa, ela vem sendo construída há mais de dois séculos. Na região colonial havia mapas antigos que tinham sido realizados pelos agrimensores da DTC num período de mais de um século. Estes mapas continham as divisões das colônias de povoamento dos imigrantes italianos, alemães, poloneses, etc, sendo as divisas principais os cursos d'água e os travessões que deram origem a muitos limites municipais em linhas retas. Eram grandes mapas de três, quatro, cinco metros. Para consultá-los tinham de ter cuidado, carinho e amor para não estragá-los.

Outra documentação que estava incipiente era o levantamento topográfico da Divisão de Levantamento, 1^a DL, do antigo Serviço Geográfico do Exército², que editava cartas em 1:50.000 e 1:100.000 e responsável pela cartografia básica nacional. Somente a parte da fronteira estava cartografada. Em reuniões com os geógrafos da época, relembrando que tínhamos esta função de Estado, decidiu-se que deveríamos construir uma documentação sistematizada das divisas de todos os municípios gaúchos. Então, os geógrafos da DGC se dedicaram durante muitos anos demarcando nestas cartas os limites descritos nas leis de criação de municípios. Foi uma tarefa realizada em quase duas décadas, pois eram poucos os geógrafos. Quando o Serviço Geográfico do Exército concluiu o mapeamento do Rio Grande do Sul, em 1:50.000, pôde-se completar a demarcação de todas as divisas municipais nesta escala, com alta precisão e alcançou-se uma uniformização destas importantes informações, descritas em leis estaduais editadas em mais de 100 anos, com linguagens bastante diferenciadas. Os levantamentos topográficos dos antigos agrimensores da DTC, onde se inseria a Seção de Geografia, permitiram que o Rio Grande do Sul possuísse um registro de terras harmonizado, quase sem litígios e que facilitou a demarcação das divisas municipais da metade norte do Rio Grande do Sul, onde ocorre a maior concentração populacional e o maior número de cidades.

A cartografia da DTC e da DSG embasou documentação sólida, duradoura e permitiu sucessivas fases de criação de novos municípios, com divisas bem precisas, evitando-se litígios em questões nos seus limites. Isto permitiu que poucos litígios territoriais entre municípios fossem aparecendo à medida que os geógrafos identificavam e demarcavam os limites municipais num documento cartográfico de alta qualidade. Os conflitos territoriais felizmente foram poucos e foram sendo resolvidos com a ajuda de deputados da Assembleia Legislativa, que favoreciam a

² Nota do editor: o Serviço Geográfico do Exército é também referido pela sigla DSG ao longo da entrevista.

intermediação, e a ajuda da DGC para solucioná-los. A documentação cartográfica, registrando as divisas municipais, tem facilitado a criação a criação de novos municípios.

BGRS: Como foi o trabalho da Carta Geral do Rio Grande do Sul na escala 1:250.000?

Moreno: Numa ocasião, a Diretoria do Serviço Geográfico do Ministério do Exército estava programando editar cartas na escala de 1:250.000. Reunidas 15 ou 16 folhas nesta escala formaria um mapa do Estado do Rio Grande do Sul com a medida de aproximadamente 4 x 6 metros. Então, a DGC propôs um convênio com a DSG onde a tarefa do Estado seria fornecer os limites municipais, nesta escala. A partir deste convênio, o Rio Grande do Sul obteve a primeira carta impressa, detalhada, precisa e com limites municipais em 1:250.000, facilitando-se a visão global do Estado pelos governantes, administradores, técnicos, políticos, professores e estudantes.

Outro trabalho realizado que me recordo foi a ajuda da DGC no levantamento aerofotogramétrico realizado pelo Serviço Geográfico do Exército. Este convênio permitiu ao Estado ter novo recobrimento aerofotogramétrico, e a DGC recebeu duas coleções de aeroftotos na escala aproximada de 1:60.000 cobrindo todo o território gaúcho. Já vislumbrando o futuro, foi sugerido que uma cópia desta coleção de aeroftotos fosse entregue à Secretaria de Planejamento. Trata-se de documentação que sempre poderá confrontar, avaliar e analisar a evolução da ocupação da terra no Rio Grande do Sul.

BGRS: Qual é a importância do profissional geógrafo para a administração pública?

Moreno: A profissão do Geógrafo é pouco conhecida e reconhecida, porém sua tarefa é secular e permanente. Assessorar pessoas ou empresas, clientes presenciais, resolvendo problemas do momento e prevendo problemas no futuro.

Grande parte do trabalho do geógrafo é tarefa de Estado: construir documentação, subsidiar informações precisas, descrever, interpretar, analisar o seu território: limites municipais, relevo, clima, vegetação, hidrografia, ocupação e uso da terra, registro de rodovias, ferrovias, cidades, vilas, povoados e interconexões, além de contribuir para a elaboração da Carta Geral do Estado.

Seu trabalho visa o presente e o futuro de gerações, por isto, torna-se uma atividade quase invisível de Estado e até mesmo de difícil percepção pelos Governantes e pela população do presente. Como hoje a DGC está inserida na Secretaria de Planejamento, o geógrafo pode ter a satisfação e orgulho de trabalhar consciente de ajudar na construção de um Rio Grande do Sul cada

vez mais evoluído, organizado e harmonizado.

BGRS: Para finalizar, comente sobre o Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul e sua reativação.

Moreno: O Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul retrata o pensamento, trabalhos, pesquisas, artigos, documentação, projetos sobre a Geografia do Rio Grande do Sul. Com grande alegria vejo e participo do relançamento deste Boletim, no qual fui Diretor durante muitos anos e autor de artigos e pesquisas. Recordo-me com emoção que meu primeiro trabalho na Secretaria da Agricultura, como estudante de Geografia, era de revisar as provas tipográficas do Boletim. Relembro meu Professor de Geografia Hans Augusto Thofhern, e após meu colega Geógrafo, o idealizador e criador do Boletim Geográfico.

O relançamento do Boletim Geográfico propiciará aos Professores de Geografia, Geógrafos e profissionais afins à categoria que publiquem artigos e pesquisas retratando as regiões gaúchas e seu território. O relançamento do Boletim Geográfico propiciará a agregação dos geógrafos que trabalham em diversas hierarquias governamentais, públicas e particulares.

As tecnologias da informática certamente propiciarão trabalhos de altíssima qualidade. O conhecimento da Geografia gaúcha facilita aos governantes tomar decisões vitais sobre a administração estadual de forma que os investimentos tornem-se mais produtivos e gerem melhores retornos a população. Os artigos publicados constituem importantes ferramentas para os professores do ensino do primeiro, segundo e terceiro graus conhecerem o território no qual vivem, as características do povo, a geomorfologia, as regiões, a economia, a agricultura. A população jovem e os gaúchos em geral são ávidos deste conhecimento.

O Boletim disponibilizando informações geográficas aos professores e estudantes, administradores públicos e a população em geral, certamente valorizará o amor dos gaúchos ao Estado e assim cooperará para que o Rio Grande do Sul seja mais amado, respeitado, admirado pela sua população e pelos brasileiros.